

ANÁLISE DO IMPACTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO AUTISMO NA VIDA DOS ESTUDANTES COM TEA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

MÔNICA DUTRA FARIAS¹; JENNIFER TERMESANO GUTIERREZ²; SABRINA VAHL ADAMOLI³; CARLA JANAINA BORGES DE LIMA⁴; FABIANO MILANO FRITZEN⁵

¹Universidade Federal de Pelotas - Monicafariasdutra@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas - jennifergutierrezfju@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas - Sabrinabyn4@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas - carllalima1910@hotmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas - fmfritzen@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Com mais de 100 anos de pesquisa, o termo AUTISMO, ou mais especificamente, “Transtorno do Espectro Autista” (TEA), é uma condição da área da psiquiatria que interfere no desenvolvimento neurológico, causando alterações qualitativas e quantitativas na comunicação e nas interações sociais.

As pessoas que possuem o TEA estão abrigadas pela lei brasileira como pessoas com deficiência, sendo protegidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) quando jovens (BRASIL, 1990). O artigo 27 do decreto nº 3.298/1999 descreve que é dever das instituições de ensino superior fornecer apoio em provas e/ou no cotidiano universitário, além de permitir a alteração curricular de conteúdos e disciplinas relacionadas à pessoa com deficiência (BRASIL, 1999).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva na Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) prevê uma estrutura de serviços de educação especial no ensino superior, contendo núcleos de acessibilidade e recursos para que os estudantes com necessidades educacionais consigam ingressar e concluir sua graduação sem maiores problemas. Os processos seletivos para pessoas com necessidades especiais devem incluir a disponibilização da opção “Recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva”, adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência, conforme previsto na Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015).

Ao ingressar na instituição de ensino superior, o estudante autista tem o direito de concorrer no vestibular por meio de cotas, que podem ser solicitadas junto ao recurso de acessibilidade na hora da prova (INSTITUTO INCLUSÃO BRASIL, 2023). O INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) realizou uma pesquisa em 2023 com aproximadamente 6 mil estudantes com autismo matriculados em faculdades brasileiras, apontando um aumento de 500% dos 980 estudantes matriculados em 2017. No total, as instituições de ensino superior no Brasil, são cerca de 636 mil matrículas (JORNAL DA UNESP, 2023).

A presente pesquisa objetiva analisar a aplicação das políticas públicas voltadas para o autismo na Universidade Federal de Pelotas a partir da experiência dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) dentro do ambiente universitário. O foco específico é identificar os níveis de apoio e sociabilidade proporcionados, bem como avaliar os impactos dessas políticas na vida acadêmica desses estudantes.

2. METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, combinando a análise de documentos e questionários para obter uma visão abrangente sobre a implementação das políticas públicas voltadas ao autismo na universidade federal de Pelotas. Quanto ao seu delineamento trata-se de uma pesquisa exploratória, que segundo Gil (2017), tem como um propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista de tornar mais lícito ou construir hipóteses.

Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se de um levantamento de campo com questões sobre como são implementadas tais políticas, proporcionando um melhor entendimento e uma análise de seu funcionamento dentro da universidade. Em relação à coleta de dados, foi utilizado um questionário elaborado na plataforma Google Forms, composto por 14 questões, sendo 9 objetivas e 4 dissertativas, que ficou disponível entre os dias 19/09/2024 e 26/09/2024, obtendo-se a participação de 14 respondentes. A participação dos respondentes foi voluntária, e os dados pessoais foram coletados de forma anônima, sendo utilizados apenas para esta pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neuropsiquiátrica que afeta o desenvolvimento social, comunicativo e comportamental dos indivíduos. A compreensão do TEA, conforme proposto por Kanner (1943) e Asperger (1944), reforça a necessidade de políticas públicas e ambientes educacionais inclusivos que respondam às demandas específicas desses alunos. Este estudo busca investigar como as políticas de inclusão da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) influenciam a vida acadêmica de estudantes com TEA, a partir da análise de dados coletados por meio de questionários aplicados a um grupo de 14 estudantes diagnosticados.

O perfil dos alunos participantes do estudo apresenta características diversas. No que diz respeito ao sexo biológico, 64,3% se identificaram como do sexo feminino, enquanto 35,7% são do sexo masculino. A maioria (42,9%) tem entre 21 e 25 anos, e estão matriculados em diversos cursos, como Medicina, Arquitetura e Jornalismo, refletindo a pluralidade de áreas de conhecimento oferecidas pela UFPel.

Sobre o Nível de TEA, entre os participantes, 92,9% relataram ter um diagnóstico de TEA leve. Esse nível de comprometimento pode influenciar a maneira como os alunos lidam com os desafios acadêmicos, já que diferentes graus de TEA podem exigir distintos tipos de suporte e adaptações no ambiente universitário. Também foi questionado sobre a avaliação do Suporte da UFPel, 50% dos alunos consideraram o apoio recebido como satisfatório, enquanto 28,6% o classificaram como pouco satisfatório, evidenciando áreas que precisam de melhorias. Além disso, 78,6% dos estudantes estão cientes das políticas de inclusão existentes na UFPel, mas apenas 42,9% acreditam que essas políticas realmente atendem às suas necessidades acadêmicas de forma eficaz.

O ambiente acadêmico foi citado pelos respondentes de acordo com as suas diversas experiências, muitos estudantes apontaram dificuldades relacionadas à interação social, como problemas para socializar e trabalhar em grupo, além de barreiras atitudinais por parte de colegas e professores. Também foi mencionada a falta de acessibilidade em espaços como bibliotecas e refeitórios, assim como ambientes barulhentos que tornam o aprendizado mais

difícil. Alguns alunos indicaram que os professores, muitas vezes, não seguem os documentos orientadores relacionados ao TEA, prejudicando o processo de adaptação às atividades acadêmicas. Esses dados destacam a necessidade de capacitar docentes e outros profissionais para lidar de maneira mais eficaz com as particularidades dos alunos com TEA. Um estudo realizado pelo curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará (UFC), que apresentou os princípios e fundamentos do TEA, evidenciou essa necessidade de capacitação (SOUSA, 2019).

Os recursos de acessibilidade, a adaptação curricular e a flexibilização de prazos foram as medidas mais utilizadas pelos alunos (50%). Contudo, muitos estudantes destacaram que o uso efetivo desses recursos é dificultado pela falta de apoio nas salas de aula e pela ausência de uma implementação consistente dos mesmos.

Foi questionado entre os alunos sobre o impacto dos recursos disponibilizados pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFPEL (NAI), os alunos avaliaram que, embora alguns recursos oferecidos pelo mesmo tenham sido úteis, a implementação muitas vezes falha em atender plenamente às necessidades individuais, resultando em frustração e dificuldades no processo de aprendizado.

Um ponto crucial a ser destacado é a percepção dos estudantes sobre o suporte oferecido pela UFPEL. A avaliação dos respondentes foi mista, com 50% considerando o apoio satisfatório e 28,6% pouco satisfatório, indicando que há áreas que necessitam de melhorias. Ressalta-se também a ausência de apoio adequado nas salas de aula, a falta de consistência na aplicação dos recursos de acessibilidade e a ausência de apoio adequado na sala de aula, deixando evidente a necessidade de uma revisão e fortalecimento das práticas inclusivas na universidade.

Segundo a Teoria Social Cognitiva, o ambiente exerce uma influência crucial no comportamento e na aprendizagem dos indivíduos (BANDURA *et al.*, 2008). Isso destaca a importância de um ambiente acadêmico que não só adote políticas inclusivas, mas que também implemente de forma eficaz os recursos e suportes necessários para atender às necessidades diversas dos estudantes com TEA.

4. CONCLUSÕES

Conclui-se, assim, que se trata de um público majoritariamente feminino (64,3%), com idades entre 21 e 25 anos (42,9%) e apresentando diagnóstico de TEA leve (92,9%), matriculados em diversos cursos oferecidos pela UFPEL (Universidade Federal de Pelotas).

Além disso, destaca-se, que 91,7% dos alunos com TEA estão cientes das propostas de inclusão voltadas para eles, porém 58,3% não consideram as ações efetivas. Assim, o objetivo da pesquisa foi respondido, demonstrando que, embora as políticas de inclusão sejam conhecidas, há falhas em sua execução. Para aprimorar o atendimento às pessoas com TEA, seria necessário aprofundar a pesquisa, identificando de forma mais detalhada os aspectos específicos que precisam ser melhorados para que as ações inclusivas sejam verdadeiramente eficazes.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDURA, A. *et al.* A evolução da teoria social cognitiva. **Teoria social cognitiva: Conceitos básicos**, p. 15-41, 2008.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, 1990.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. **Presidência da República**, Brasília, 1999.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva na Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Presidência da República**, Brasília, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

INSTITUTO INCLUSÃO BRASIL. **Estudantes autistas na universidade: Direitos legais, desafios e acessibilidade- parte 1**. São Paulo, 14 fev. 2023. Acessado em 19 ago. 2024. Disponível em:
<https://institutoinclusaobrasil.com.br/estudantes-autistas-na-universidade-direitos-legais-desafios-e-acessibilidade-parte-1/>

JORNAL DA UNESP. **Precisamos ser mais abertos à diferença**. São Paulo, 03 mar. 2024. Acessado em 19 ago. 2024. Disponível em:
<https://tinyurl.com/mw7cjc35>.

SOUSA, G.B. de. **Formação docente para atuação educacional com pessoas com transtorno do espectro autista na faculdade de educação da Universidade Federal do Ceará**. 2019. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Curso de pedagogia, Universidade Federal do Ceará.